

A avaliação diagnóstica de alunos com suspeita de deficiência intelectual em uma escola municipal

Ana Paula Almeida Costa
Simone Ghedini Costa Milanez

Como citar: COSTA, A. P. A.; MILANEZ, S. G. C. A avaliação diagnóstica de alunos com suspeita de deficiência intelectual em uma escola municipal. *In*: FONSECA-JANES, C. R. X.; BRITO, M. C.; JANES, R. (org.). **A construção da educação inclusiva: enfoque multidisciplinar**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p.143-158
DOI: <https://doi.org/10.36311/2012.978-85-7983-311-3.p.143-158>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Capítulo 8

A Avaliação Diagnóstica de Alunos com Suspeita de Deficiência Intelectual em Uma Escola Municipal

Ana Paula Almeida Costa
Simone Ghedini Costa Milanez

INTRODUÇÃO

A Educação Inclusiva é um tema bastante atual, ao se pensar na demanda de alunos recebidos pelas escolas, ano a ano, com necessidades educacionais especiais.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 2, no artigo 2, determinam:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (BRASIL, 2001).

O Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008 (BRASIL, 2008), dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta

o parágrafo único do art. 60 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996), e acrescenta dispositivo ao Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007:

Art.1 A União prestará apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na forma deste Decreto, com a finalidade de ampliar a oferta do atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades ou superlotação, matriculados na rede pública de ensino regular.

§ 1 Considera-se atendimento educacional especializado o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular.

Art. 3 O Ministério da Educação prestará apoio técnico e financeiro às seguintes ações voltadas à oferta do atendimento educacional especializado, entre outras que atendam aos objetivos previstos neste Decreto:

– implantação de salas de recursos multifuncionais; [...]

Art. 4 O Ministério da Educação disciplinará os requisitos, as condições de participação e os procedimentos para apresentação de demandas para apoio técnico e financeiro direcionado ao atendimento educacional especializado.

Art. 6 O Decreto n 6.253, de 13 de novembro de 2007 passa a vigorar acrescido do seguinte artigo:

Art. 9 A. Admitir-se, a partir de 1 de janeiro de 2010, para efeito da distribuição dos recursos do FUNDEB, o cômputo das matrículas dos alunos da educação regular da rede pública que recebem atendimento educacional especializado, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na educação básica regular.

Parágrafo único. O atendimento educacional especializado poderá ser oferecido pelos sistemas públicos de ensino ou pelas instituições mencionadas no art. 14 (NR)

Art. 7 As despesas decorrentes da execução das disposições constantes deste Decreto correrão por conta das dotações próprias consignadas ao Ministério da Educação. (BRASIL, 2007).

Em específico, a escola municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental pesquisada, situada na cidade de Batatais, que hoje possui 398

alunos matriculados, juntamente com a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, muito vem fazendo a respeito da implantação das leis de inclusão. Apoiando-se na legislação, implantou as salas de recursos multifuncionais para realização do Atendimento Educacional Especializado (AEE), no ano de 2010. Atualmente, conta com duas salas, sendo beneficiados cerca de vinte e nove alunos, distribuídos do primeiro ao quinto ano do Ensino Fundamental.

A partir do funcionamento das salas, muitos alunos com diagnóstico de deficiências, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação foram beneficiados com o atendimento educacional especializado, que proporcionou estimulações às habilidades necessárias a sua condição. Com isso, oportunizou-se também um apoio aos educadores, já que esta é uma entre tantas funções do especialista responsável por esse atendimento.

A escola se beneficia com uma equipe multidisciplinar, formada por especialistas como psicopedagoga, fonoaudióloga e psicóloga, responsável pelas avaliações e estudo de casos de alunos com suspeita de deficiência intelectual, entre outras funções relacionadas. Em princípio, essa estrutura veio agilizar e contribuir com o processo diagnóstico.

Para o desenvolvimento deste trabalho, utilizaremos a definição de Fierro (1993), que considera a pessoa com deficiência aquela que tem impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental ou sensorial, que, em interação com diversas barreiras, podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade.

O procedimento de avaliação diagnóstica de deficiência intelectual na escola pesquisada acontece, atualmente, em algumas etapas:

1. Encaminhamento do aluno pelo professor à equipe multidisciplinar, por meio de uma ficha em que informa o desenvolvimento atual da criança, a forma como ela enfrenta situações de aprendizagem e os recursos e processos que usa para auxiliá-la;
2. Avaliação com utilização de testes específicos, aplicados por cada área da equipe multidisciplinar, incluindo entrevista com a família (anamnese), estudo do caso entre a equipe e planejamento da execução das estratégias necessárias para o avanço da aprendizagem do aluno.

3. Após essas etapas, a equipe, de acordo com os procedimentos realizados, oferece devolutivas aos professores, com orientações metodológicas e atendimentos necessários ao aluno, caso venha a ser indicado tal procedimento (ex: sala de recursos, apoio pedagógico).

Tendo em vista esses aspectos da avaliação de alunos com deficiência intelectual, Carvalho (2003, p. 97) ressalta:

A avaliação deve envolver todos os aspectos do processo de ensino e aprendizagem, ou seja, avalia-se o contexto da escola, a sala de aula, os recursos didáticos, o mobiliário, o projeto curricular, os objetos do conhecimento, os espaços físicos, os apoios pedagógicos, a metodologia de ensino, etc., além disso, as apreciações devem envolver todos os atores da escola, uma vez que todos são responsáveis pela aprendizagem e não apenas o professor.

Esse caminho percorrido por essa escola é constantemente avaliado e envolve indicadores que facilitam e permitem o acompanhamento dos progressos obtidos pelos alunos com deficiência intelectual. Os procedimentos servem para identificar necessidades e dificuldades que motivam futuras tomadas de decisões.

Segundo De Carlo (2001), com base em Vygotsky, a escola deve dirigir seus esforços para a criação de estratégias positivas de formas de trabalho que levem o sujeito, juntamente com seus educadores, a vencer as dificuldades criadas pela deficiência.

Com base no exposto, o presente trabalho tem como objetivo caracterizar o procedimento de avaliação utilizado para o diagnóstico de alunos com suspeita de deficiência intelectual em uma das Escolas Municipais da cidade de Batatais (SP) e, por meio desse, investigar as dificuldades que ocorrem durante o processo.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Participaram da pesquisa dois professores de Atendimento Educacional Especializado, uma fonoaudióloga, uma psicóloga, uma psicopedagoga e cinco professores de sala de aula regular de uma escola da

Rede Municipal de Batatais, totalizando 10 participantes, sendo 70,0% de educadores e 30,0% da equipe multidisciplinar.

A proposta da pesquisa e seus objetivos foram apresentados aos participantes, individualmente. Após a apresentação, todos os participantes da pesquisa assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, permitindo a realização do trabalho.

Para cada profissional participante, foi aplicado questionário previamente formulado, contendo questões referentes aos objetivos da pesquisa. O questionário, contendo questões abertas ou fechadas, foi elaborado com terminologia específica da área educacional, de modo a facilitar a compreensão dos participantes. O questionário foi distribuído aos participantes com prazo de uma semana para devolução, ficando livre sua participação. Ressaltamos que o questionário aplicado aos profissionais da Fonoaudiologia, Psicologia e Psicopedagogia (questionário complementar – Anexo C) continha perguntas específicas relativas à função que exercem, uma vez que são esses os responsáveis pela avaliação dos alunos encaminhados pelas professoras.

Após a aplicação do questionário, foi feita a tabulação dos dados obtidos. Para análise dos resultados, procedeu-se a um levantamento das principais respostas em cada uma das perguntas. Os valores obtidos foram usados na construção de gráficos no estilo *pizza*, a fim de facilitar a análise dos dados e reflexões sobre os questionamentos.

Todos os entrevistados responderam as questões do questionário e devolveram no prazo preestabelecido, concluindo assim essa etapa com 100% de participação dos escolhidos para a pesquisa.

RESULTADOS

Apresentaremos os resultados da pesquisa realizada que contribuirão com informações necessárias à conclusão deste texto, demonstrando algumas dificuldades que ainda permeiam o cotidiano escolar, no sentido de diagnosticar os alunos com deficiência intelectual.

As questões registradas nos gráficos a seguir referem-se ao questionário aplicado aos 10 participantes da pesquisa.

De acordo com o questionário, na questão 01, verificamos que 9 (90,0%) dos profissionais que responderam ao questionário têm conhecimento do conceito de deficiência intelectual, o que se caracteriza como um aspecto positivo para a inclusão escolar desses alunos. Entretanto, o conceito necessita ser mais bem aprofundado, visto que se trata de uma definição complexa e abrangente e que deve sempre ser retomada com os professores, principalmente aqueles que possuem alunos com deficiência intelectual em suas salas de aula.

A segunda questão do questionário, a respeito do conhecimento sobre os procedimentos diagnósticos da deficiência intelectual utilizados na escola estudada, a investigação mostra que 6 (86,0%) dos 7 professores reconhecem os procedimentos empregados pela equipe multidisciplinar, na avaliação para o diagnóstico dos alunos com deficiência intelectual

O Gráfico 1 trata dos dados da concordância dos pesquisados sobre os procedimentos utilizados no diagnóstico do aluno com hipótese diagnóstica de deficiência intelectual.

Você concorda com o procedimento para avaliação do diagnóstico da DI adotado pela sua escola?

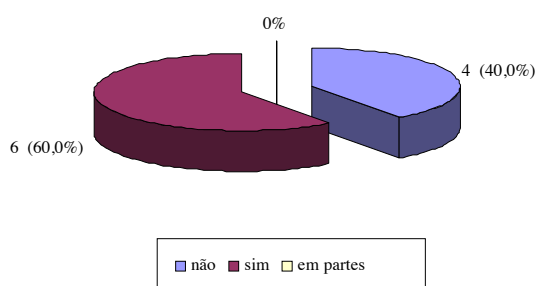


Gráfico 1 - Dados referentes à questão de número 3 do questionário aplicado aos 10 participantes da pesquisa.

Neste gráfico, 60,0% dos profissionais concordam com os procedimentos de avaliação, porém, justificam que há demora no fechamento da avaliação, mencionando que esta acontece devido à reduzida carga horária de trabalho da equipe multidisciplinar. Do total,

40,0% discordam dos procedimentos diagnósticos adotados pela equipe escolar.

No Gráfico 2, serão expostos os dados da questão de número 4, que versou sobre os especialistas responsáveis pelo diagnóstico da deficiência intelectual.

Ao seu ver, qual ou quais são os especialistas responsáveis pelo fechamento do diagnóstico da DI?

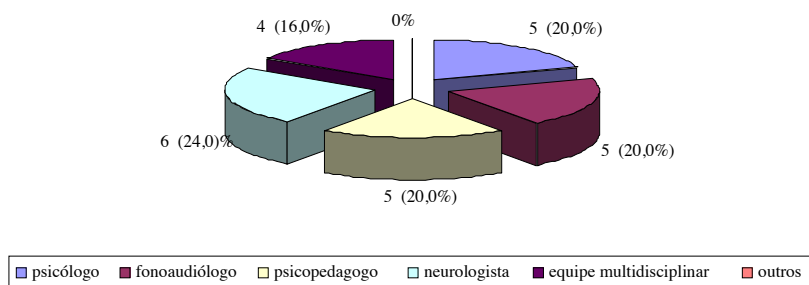


Gráfico 2 - Dados referentes à questão de número 4 do questionário aplicado aos 10 participantes da pesquisa.

O gráfico evidencia que a maioria dos profissionais entrevistados (24,0%) considera que o profissional responsável pelo diagnóstico da deficiência intelectual é o psicopedagogo, seguido dos fonoaudiólogos, psicólogos e neurologistas, com 20,0% das respostas apresentadas.

A questão de número 5 foi respondida apenas pelos sete professores participantes da pesquisa, indagando se os mesmos são ou não favoráveis à avaliação para o fechamento do diagnóstico da deficiência intelectual. Quanto aos resultados, verificamos que quatro professores (57,0%) são favoráveis ao fechamento do diagnóstico da deficiência intelectual, embora comentem sobre a grande responsabilidade de tal função, enquanto três professores (43,0%) não responderam favoravelmente.

Os sete professores foram questionados também sobre a contribuição do diagnóstico da deficiência intelectual, na prática pedagógica em sala de aula. Os dados relativos à questão número seis demonstram que todos os professores (100,0%) participantes afirmaram que o diagnóstico realizado pela equipe multidisciplinar contribui para o trabalho pedagógico desenvolvido na sala de aula e, por meio dele, é possível planejar objetivos e estratégias adequadas às necessidades especiais dos alunos.

O Gráfico 3 apresenta os dados relativos às respostas de todos os participantes sobre a contribuição das avaliações para o diagnóstico da deficiência intelectual (questão número 7).

Você acha que o diagnóstico de DI contribui para?

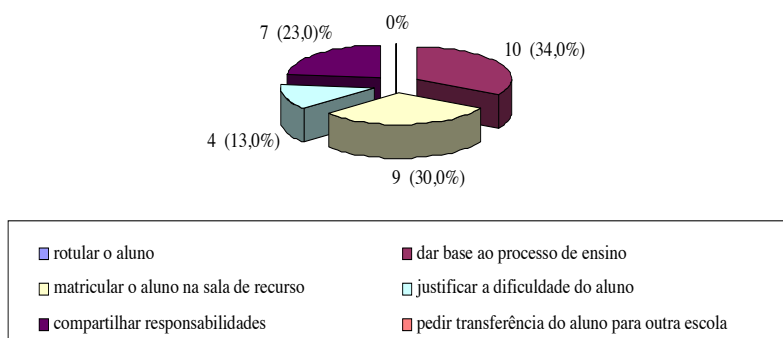


Gráfico 3 - Dados referentes à questão de número 7 do questionário aplicado aos 10 participantes da pesquisa.

Nessa questão, fica claro que ainda há divergências de pensamentos sobre a inclusão escolar. A maioria dos entrevistados (34,0%) declarou que as avaliações para o diagnóstico da deficiência intelectual servem para dar base ao processo de ensino, entretanto, respostas como a matrícula do aluno com deficiência intelectual na sala de recursos (30,0%) e o compartilhamento de responsabilidades entre os profissionais (23,0%) apareceram igualmente em porcentagens elevadas.

Na questão número 8, todos os 10 participantes foram questionados sobre leis que estabelecem critérios para a avaliação da deficiência intelectual.

Foi possível detectar que, em relação à legislação, seis (60,0%) participantes da pesquisa dizem conhecê-la, contudo, sem aprofundamento, ou seja, não sabem informar se tais legislações focalizam esse conteúdo.

Em uma segunda etapa da pesquisa, foram aplicados questionários complementares com questões específicas para os profissionais da equipe multidisciplinar de especialistas das áreas de psicopedagogia, fonoaudiologia e psicologia.

Os resultados dessa etapa da pesquisa, que contou com três participantes, serão descritos a seguir.

No Gráfico 4 são mostrados os resultados da Questão 1 do questionário complementar aplicado aos especialistas sobre os dados mais relevantes na avaliação de um aluno com hipótese diagnóstica de deficiência intelectual.

Quais aspectos você considera relevante, ao receber um aluno com hipótese de DI para avaliação?

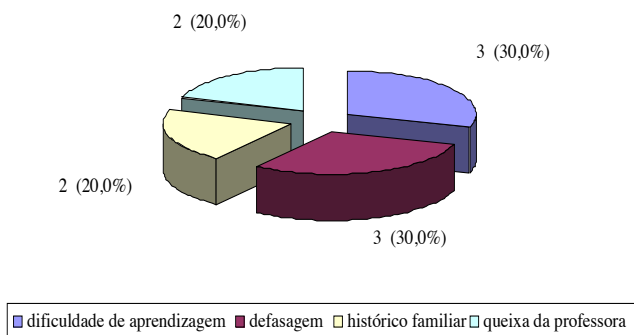


Gráfico 4 - Dados referentes à questão de número 1 do questionário complementar aplicado aos três profissionais da equipe multidisciplinar participantes da pesquisa.

Os dados revelam que os especialistas pesquisados consideram de maior relevância os conhecimentos acerca das defasagens e dificuldades de aprendizagem, ambos os tópicos com 30,0% das respostas.

Na questão número 2 do questionário complementar aplicado aos especialistas, foi questionada a existência de dificuldades no procedimento de avaliação da deficiência intelectual empregado na escola estudada. Todos os especialistas pesquisados encontram muitas dificuldades para avaliar os alunos encaminhados. Muitos citaram que, às vezes, são encaminhados alunos com outras dificuldades escolares e não com hipótese diagnóstica de deficiência intelectual.

Quanto aos instrumentos para avaliação e diagnóstico da deficiência intelectual, Questão 3 do questionário complementar, os resultados mostram que dois profissionais (67,0%) não estão satisfeitos com os recursos utilizados em suas avaliações. Procuram usar outros instrumentos, além dos testes sugeridos pela Secretaria de Educação.

A seguir, vão os dados da Questão 4 sobre a contribuição dos especialistas no fechamento do diagnóstico da DI. Os resultados evidenciam que todos os especialistas entendem que suas especialidades contribuem no fechamento desse diagnóstico.

Na última questão complementar (número 5), os entrevistados foram questionados sobre os encaminhamentos para avaliação de alunos com hipótese diagnóstica de deficiência intelectual, verificando o fundamento desses encaminhamentos. Os dados demonstram que dois profissionais entrevistados (67,0%) consideram que os encaminhamentos realizados têm fundamentos e, em sua maioria, cooperam na avaliação dos alunos com deficiência intelectual.

DISCUSSÃO

Com o material da pesquisa realizada, chegamos às dificuldades que ocorrem no procedimento de avaliação diagnóstica na escola estudada e que devem ser mais bem refletidas para que sejam minimizadas. Ressaltamos que cada ser é único e que os alunos com deficiência intelectual apresentam diferenças intensas e importantes, cabendo à equipe multidisciplinar e aos professores examinar as peculiaridades de seus alunos e buscar as competências curriculares para as suas aprendizagens.

Com relação aos professores pesquisados, nota-se que eles têm noções a respeito da inclusão de alunos com deficiência intelectual, reconhecem os meios para suas avaliações, concordam que são necessários esses instrumentos, tanto para ajudar no processo de ensino e aprendizagem, quanto nos apoios necessários para isso.

Uma das dificuldades mencionadas por eles foi a demora no atendimento da demanda, sublinhando que a carga horária reduzida dos especialistas da equipe pode ser um ponto passível de ajustes internos da escola e da Secretaria Municipal de Educação.

Outra dificuldade visível é que os professores dividem as responsabilidades com os especialistas, frisando que ainda lhes faltam conhecimentos a respeito dessa questão, quer dizer, a equipe multidisciplinar necessita urgentemente insistir junto aos professores que todos são necessários e importantes na avaliação do deficiente intelectual e posterior intervenção na aprendizagem.

O relevante é que a equipe da escola analise a importância dos dados avaliativos, relativizando-os com os fatores que interferem na aprendizagem escolar e complementando as informações com a participação de outros profissionais (BRASIL, 2006, p.33).

Um ponto positivo e contraditório, ao mesmo tempo, diz respeito aos professores que acreditam que o trabalho da equipe multidisciplinar é necessário aos avanços do aluno em sala de aula, porém, atestam as dificuldades supracitadas, tais como a demora no atendimento à demanda, a divisão de responsabilidades com os especialistas, indicando que ainda lhes faltam conhecimentos sobre o que é possível fazer, a partir de tal procedimento.

Há uma diversidade de opiniões na questão do objetivo da avaliação para o diagnóstico de deficiência intelectual, pois os professores acreditam que esta possa justificar a dificuldade do aluno e, portanto, possibilitar o encaminhamento para uma sala de recursos multifuncionais. Trata-se de um ponto importante para ser refletido nas reuniões pedagógicas da escola.

Com relação aos questionários dos especialistas, verificamos que, embora todos os profissionais especialistas considerem que suas especialidades são importantes no fechamento do diagnóstico da deficiência

intelectual, enfatizam que encontram dificuldades nos processos de avaliação e diagnóstico dos alunos com deficiência intelectual, o que se caracteriza como mais um problema a ser destacado.

Sabendo que a avaliação é um processo contínuo e partilhado com outros especialistas, inclusive da área da saúde, processos estes que são morosos e peculiares, sem uma troca entre os profissionais da equipe, o diagnóstico se dá na forma de laudos parciais que nem sempre permitem visualizar o sujeito de forma integral.

É preciso estar atento para que as dificuldades e conflitos dentro da escola e equipe não levem a distorções no resultado das avaliações e estudos de casos dos alunos com deficiência intelectual.

De fato, como assinala Castro (1995), a avaliação não deve ser vista como uma caça aos incompetentes, mas como uma busca de excelência pela organização escolar como um todo. As ideias do autor contribuem para refletirmos sobre os dados do Gráfico 3, onde 13% dos que responderam veem a avaliação como motivo para justificar a dificuldade de aprendizagem do aluno com suspeita de deficiência intelectual, tendo em vista que o processo de avaliação deve envolver as habilidades intelectuais, as adaptativas, as afetivos emocionais, físicas/de saúde e as condições ambientais (BRASIL, 2006, p.38).

Para Weiss (1997, p. 104), todos os momentos da prática diagnóstica devem ser vivenciados em seus aspectos afetivos, cognitivos, corporais e pedagógicos, incluindo-se, aí, uma visão genética. A leitura de cada observação feita precisa ser globalizada nessas múltiplas facetas citadas, para compreensão do sujeito como um todo.

Os resultados do presente trabalho reiteram as ideias da autora, uma vez que, como a escola estudada tem uma equipe multidisciplinar, tais reflexões são possíveis, levando-se em conta os resultados das avaliações das diversas áreas e valorizando-se o aluno como um ser único, com ritmos próprios de aprendizagem.

A inclusão escolar do aluno deficiente intelectual é um caminho a ser buscado por todos, com compromisso, responsabilidade e, sobretudo, com a certeza de que essa construção é possível. De acordo com Mittler (2003, p. 21), “[...] a inclusão do deficiente intelectual é uma visão, uma

estrada a ser viajada, mas uma estrada sem fim, com todos os tipos de barreiras e obstáculos, alguns dos quais se encontram em nossas mentes e em nossos corações.”

CONCLUSÃO

Na escola estudada, ficou nítido que o procedimento de avaliação para o diagnóstico de deficiência intelectual feito pela equipe multidisciplinar ainda precisa de muitos ajustes, a julgar pelas dificuldades levantadas nos resultados dos gráficos.

Para que essas dificuldades sejam minimizadas, no ambiente escolar, algumas considerações são necessárias, tanto com relação aos aspectos que devem ser desenvolvidos em sala de aula e escola como um todo, quanto aos aspectos que precisam ser relacionados pela equipe multidisciplinar, de maneira compartilhada.

Uma das dificuldades citadas foi a demora no atendimento da demanda de alunos com hipótese diagnóstica de deficiência intelectual. Essa situação se dá, segundo os resultados do questionário, devido ao fato de os profissionais da equipe multidisciplinar terem uma carga horária de trabalho reduzida, o que poderia ser solucionado por meio de políticas públicas da Secretaria de Educação do município.

Nas reuniões pedagógicas da escola, poderiam ser discutidos e estudados casos mais graves de deficiência intelectual, para que todos participem e realizem a evolução do desempenho escolar desses casos, com um olhar capaz de captar progressos, potencialidades e direções para o planejamento pedagógico, observando as especificidades de cada aluno.

A outra dificuldade indicada foi a dos especialistas em fechar diagnósticos. Parceria com outros profissionais da saúde, inclusive, são importantes, pensando-se numa avaliação do aluno como um todo e não em partes. A escola deve propiciar a articulação entre os profissionais envolvidos no processo de avaliação do aluno, assim como as responsabilidades de cada área, estudando o caso em equipe e oferecendo os serviços que melhor atendam às necessidades educacionais especiais do aluno.

Dessa forma, pode-se construir uma proposta de avaliação da qual constem o objetivo e as etapas do processo, as dimensões e os aspectos a serem avaliados, assim como os indicadores elaborados, ou outras estratégias que abrangem os alunos e o contexto escolar.

Não temos dúvida de que a inclusão da pessoa com deficiência intelectual se fará sempre, na escola, pela inquietação coletiva de professores e profissionais, no sentido de resolver os desafios e as dificuldades que são levantadas.

Esperamos que cada pessoa envolvida, sentindo-se motivada por reflexões como estas, possa acrescentar muitas outras, surgidas no cotidiano de sua convivência com a diferença de seus alunos.

Nessa perspectiva, acreditamos num processo avaliativo que pretende identificar as necessidades educacionais especiais dos alunos, suas facilidades e dificuldades, manifestadas no processo escolar.

Acolher a diversidade e reconhecer a complexidade que envolve o desenvolvimento e aprendizagem do deficiente intelectual é o passo para ampliar e redefinir práticas comprometidas com os processos de educação inclusiva.

Concluimos, assim, que a avaliação se torna inclusiva, quando esta proporciona identificar necessidades dos alunos, de suas famílias, dos professores e da escola. Identificá-las apenas não basta: é preciso planejar propostas e tomar medidas que permitam concretizá-las.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 2 de 11 de setembro de 2001. Institui diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 14 de setembro de 2001. Seção 1E, p.39-40. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em: 21 dez. 2011.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação especial. *Saberes e práticas da inclusão: avaliação para identificação das necessidades educacionais especiais*. Brasília, DF, 2006. 92 p. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/avaliacao.pdf>>. Acesso em: 21 dez. 2011.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Decreto nº 6.253 de 13 de novembro de 2007. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, regulamenta a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, 2007. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/94366/decreto-6253-07>>. Acesso em: 21 dez.2011.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 20 dez. 1996. Seção 1, p. 27833. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 21 dez. 2011.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Decreto n. 6.571, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 24 set. 2008a. Seção 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6571.htm>. Acesso em: 21 dez.2011.

CARVALHO, R. E. *Avaliação para identificação das necessidades educacionais especiais*. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2003.

CASTRO, F. R. *Genesis de los sistemas educativos nacionales*. Madrid: Uned, 1995.

DE CARLO, M. R. P. *Se essa casa fosse nossa...: instituições e processos de imaginação na educação especial*. São Paulo: Plexus, 2001.

FIERRO, A. *Inteligência y retraso mental: el enfoque procesual y microanalítico*. Madri: Siglo Cero, 1993.

MITTLER, P. *Educação inclusiva: contextos sociais*. Porto Alegre: Artmed, 2003.

WEISS, M. L. L. *Psicopedagogia clínica: uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem escolar*. Rio de Janeiro: Lamparina, 1997.

